

## 5

### **Sobre a identidade do plágio textual**

Neste capítulo, explora-se a identidade do plágio textual em uma perspectiva wittgensteiniana da linguagem, a partir de um exercício descritivo envolvendo situações associáveis ao universo desse fenômeno. Serão retomadas nesse exercício as seguintes perguntas que freqüentaram centralmente os capítulos anteriores: O que conta como plágio? Trata-se de uma noção obsoleta, a ser encarada com ceticismo em face da pertinência de visões não-immanentistas do sentido?

O capítulo se divide em três partes. Na primeira, apresentaremos circunstâncias potencialmente associáveis ao fenômeno do plágio, que nos auxiliem a trazer para um plano mais concreto os elementos da discussão precedente. Na segunda, analisaremos tais situações retomando as características da noção wittgensteiniana de critério apresentadas no capítulo anterior, e explicitando como podem ser proveitosamente convocadas no debate acerca da identidade do plágio. Na terceira parte, ainda à luz do exame das situações concretas consideradas, concluiremos o exercício ilustrando de que modo a abordagem não-immanentista de Wittgenstein nos permite lidar com a ameaça cética no campo específico do plágio.

#### **5.1**

#### **Situações para um exercício descritivo**

##### ***Situação A***

Em um concurso de crônicas sobre o futebol brasileiro, verifica-se, entre os textos de diferentes candidatos, a recorrência de frases idênticas como “Bola na trave não altera o placar”; “O jogo são 11 contra 11”; “O futebol é uma caixinha de surpresas”; “A partida se decide dentro das quatro linhas”.

### Situação B

Ao lançarmos no *site* de buscas Google™ a frase “Descartes was a dualist”, obtemos 248 resultados os mais diversos, incluindo enciclopédias, artigos acadêmicos, colunas de jornal, *blogs*, *sites* de ioga, revistas de direito etc.

### Situação C

Em *Os filhos do anjo torto*, número 35 do boletim eletrônico *Drummond: 100 anos*, Carlos Machado reúne três das inúmeras apropriações do *Poema das sete faces*:

Quando eu nasci / um anjo louco muito louco / veio ler a minha mão / não era um anjo barroco / era um anjo muito louco, torto / com asas de avião / eis que esse anjo me disse / apertando a minha mão / com um sorriso entre dentes / vai bicho desafinar / o coro dos contentes / vai bicho desafinar / o coro dos contentes/ let's play that.

[Torquato Neto (musicado por Jards Macalé) Let's play that]

Quando nasci veio um anjo safado / O chato dum querubim / E decretou que eu tava predestinado / A ser errado assim / Já de saída a minha estrada entortou / Mas vou até o fim.

[Chico Buarque, *Até o fim*, Polygram, 1978]

Quando nasci um anjo esbelto, / Desses que tocam trombeta, anunciou: / Vai carregar bandeira. / Cargo muito pesado pra mulher, / Esta espécie ainda envergonhada.”

[Adélia Prado. Com licença poética. *Poesia Reunida*, São Paulo, Siciliano, 1991.]

### Situação D

Uma matéria da Folha de São Paulo (Cobos, 2005) narra:

Carlos Alberto Parreira, um dos teóricos mais aclamados do futebol, faz suas idéias de outros. Páginas e páginas de seu livro, a plataforma do que ele anunciou como escola brasileira de futebol, são cópias literais da obra "Soccer Tactics and Teamwork", escrita há 32 anos por Charles Hughes, ex-funcionário do segundo escalão da federação inglesa. Recém-lançado, “Evolução Tática e Estratégias de Jogo” traduz de forma literal parágrafos e até capítulos quase inteiros do livro do inglês. A obra de Parreira, 62, foi concebida para ser o principal material didático do primeiro curso da Escola Brasileira de Futebol, parceria entre CBF e Fifa.

### Situação E

Um professor da Washburn University, é surpreendido ao navegar pela grande rede e deparar-se com um texto seu copiado quase integralmente por uma estudante de pós-graduação. Desejando transformar isso em uma ferramenta de ensino, produz um quadro para ilustrar o que NÃO deve ser feito ao se escrever um artigo acadêmico. Uma pequena parte desse quadro é reproduzida abaixo (em versão graficamente alterada e parcialmente traduzida ao português):

Trechos do trabalho apresentado pela aluna (as passagens sublinhadas marcam acréscimos e as riscadas subtrações em relação ao original)	Trechos do artigo "Electronic Fences or Free-Range Students: Should Schools Use Internet Filtering Software?" de David Powell and Gerald Bailey	Observações de David Powell
There is little argument that students should not be exposed to some types of information such as pornography, hate <u>speech</u> , slander and violence ( <u>Katz, 1996</u> )	There is little argument that students should not be exposed to some types of information such as pornography, hate, slander and violence.	Essas são palavras nossas e não de Katz.
Fear is a major factor in the decision to use filters. Parents and educators have <del>a</del> fear for the safety and well-being of students. "Libraries <del>for</del> <u>and</u> schools} are not as safe a place as they used to be," <del>pointed out</del> <u>says</u> Sandi Zappa of Keep Internet Decent and Safe (Taaffe, 1997, p. 4).	Fear is a major factor in the decision to use filters. Parents and educators have a fear for the safety and well-being of students. "Libraries [or schools] are not as safe a place as they used to be," pointed out Sandi Zappa of <del>the group known as K.I.D.S.</del> (Keep Internet Decent and Safe). (Taaffe, 1997, ¶. 4).	Essas palavras são nossas. O medo não é mencionado na fonte citada.  A expressão [or schools] foi acrescentada por nós; não fazia parte da citação original.  Nota-se a coincidência absoluta de citações.

(Ver original em <https://www.ksu.edu/honor/students/plagiarismexample.html>)

### Situação F

Um professor pede que seus alunos realizem individualmente uma pesquisa, a ser entregue por escrito. Um de seus alunos costuma entregar bons trabalhos e tirar boas notas; outro deles tem um histórico acadêmico mediano. Ao receber o material de cada um deles, o professor nota que seus trabalhos possuem alguns trechos idênticos e outros muito semelhantes.

### **Situação G**

Uma jovem aspirante a escritora mostra um conto inédito a um amigo, outro jovem aspirante a escritor. Um ano depois, este ganha um concurso literário com um conto que a agora ex-amiga reconhece como plágio descarado de seu próprio texto.

### **Situação H**

Colegas de faculdade, encarregados de fazer um trabalho em grupo, distribuem entre si partes da pesquisa a ser feita. Para que a redação não fique fragmentada, acertam que um dos membros do grupo se encarregará de reunir em um texto único os resultados de sua própria pesquisa e os das demais. Ao corrigir o trabalho, a professora destaca a qualidade do texto e quer saber qual dos membros ficou responsável pela redação final. Antes que o aluno em questão possa apresentar-se, um outro membro do grupo se adianta, mentindo ter sido ele o responsável pela redação final.

### **Situação I'**

Um estudante de uma das muitas universidades americanas que hoje recorrem a softwares para detecção de plágio processa um professor que decidiu reprová-lo depois de passar um trabalho seu pelo crivo de um desses programas eletrônicos: alega que o professor só poderia tê-lo feito com seu expresse consentimento, uma vez que alunos detêm o *copyright* de seus próprios trabalhos.

### **Situação J**

Sobre a célebre relação entre Laurence Sterne e o plágio, o poeta inglês Mark Ford nos diz:

---

<sup>1</sup> Situação baseada em fatos narrados em *Plagiarism – details*, de Geroge MacDonald Ross, 2004, disponível em <http://www.prs-ltsn.leeds.ac.uk/plagiarism/gmrphilplag.html>.

Entre as mais eloqüentes denúncias do plágio está aquela feita por Tristram Shandy. “Será que ficaremos para sempre escrevendo novos livros como os boticários fazem novas misturas, tirando sempre de um frasco o líquido a derramar no outro?”, pergunta ele. “Estaremos para sempre condenados a torcer e retorcer a mesma corda?” Foi somente depois da morte de Laurence Sterne, em 1768, que se verificou que esta passagem foi ela mesma plagiada de *The Anatomy of Melancholy*, em cuja introdução Robert Burton faz um ataque aos imitadores literários. “Como boticários”, observa Burton ali, “fazemos novas misturas todos os dias, derramando líquidos de um frasco para o outro... Tecemos ainda a mesma teia, ficamos sempre a torcer a mesma corda”. Sterne reconhecia os empréstimos que fez de Cervantes ou Montaigne, mas fazia um curioso silêncio em torno daquilo que roubava de Burton.

[Love and Theft, *London Books Review*, vol. 26, n.23]

## 5.2

### Tornando evidentes os nossos critérios

Wittgenstein está, como vimos, sempre pronto a nos provocar a reconhecer que o significado está no uso. Em uma dessas ocasiões, ele nos diz, “Todo signo *sozinho* parece morto. *O que lhe dá vida?* – No uso, ele *vive*. Tem então a viva respiração em si? – Ou o *uso* é a sua respiração?” (IF §432).

As situações descritas acima podem nos servir de base para, por assim dizer, “auscultar” a respiração da palavra *plágio*, sem, no entanto, buscar qualquer coisa específica que ela tenha *em si*<sup>2</sup>. Ao fazermos essa *investigação gramatical*, no sentido de Wittgenstein, caminharemos na direção de explicitar o que conta como plágio. No espírito wittgensteiniano, bem capturado por Cavell em passagens já citadas no capítulo anterior, trata-se de descobrir “o solo particular” que as nossas crenças ocupam, o que seria menos uma questão de “fornecer evidências” para tais crenças é “mais uma questão de torná-las evidentes”. É em parte isso o que pretendemos fazer aqui, sem esquecer que, nesta descrição dos jogos de linguagem envolvendo o plágio, “um apelo às coisas que diríamos não é o mesmo que um testemunho daquilo em que todos acreditamos” (Cavell, 1996, p. 48-49).

Se os critérios de que nos valem para decidir o que conta como algo são tomados como instrumentos humanos destituídos de existência autônoma, e não como absolutos metafísicos, então um passeio pelas situações acima descritas nos

---

<sup>2</sup> A passagem citada, bem como a metáfora da descrição gramatical como “auscultação” me foram sugeridas por Helena Martins, em comunicação pessoal.

leva, não a concluir, mas antes a *constatar* que *há* critérios para o plágio. A “sintonia delicada” que envolve, como vimos, o “compartilhamento de rotas de interesse, de formas de reagir, de nosso senso de semelhança, importância, ultraje e assim por diante” – em outras palavras nosso pertencimento a esta forma de vida – se manifesta na provável convergência de juízos que nos levaria a caracterizar como casos de plágio, por exemplo, o texto “traduzido” de Parreira (situação D) e a cópia do artigo do professor americano (situação E), mas *não* os clichês das crônicas futebolísticas (situação A) ou a frase repetida à exaustão “Descartes was a dualist” (situação B) ou as releituras do poema de Drummond (situação C).

Dizer que os critérios são instrumentos humanos é reconhecer que eles só são compreensíveis se levados em conta os papéis característicos que desempenham em nossas práticas. A articulação entre critério e práxis humana nos faz enxergar a questão da utilização de detectores automáticos de plágio por uma via um pouco mais clara: tais programas, inumanos que são, levam em conta um único sintoma de plágio, a saber, a coincidência formal entre fragmentos de textos escritos. Não se negam aqui a utilidade e a existência de um lugar específico para os softwares deste tipo nos jogos de plágio, mas óbvias limitações da máquina, aqui, sublinham a humanidade dos critérios.

Se, como dissemos há pouco, tendemos a *chamar* de plágio algumas das situações aqui descritas e outras não, essa convergência de juízos, além de reforçar o fato de que nós temos critérios, de atestar sua existência, enfatiza aquela que é, como vimos no capítulo anterior, uma das características mais centrais dos critérios na perspectiva wittgensteiniana: o fato de eles expressarem uma convergência *na linguagem*, de fixarem o sentido das palavras e não a verdade factual das coisas.

Nas nossas práticas, a utilização de clichês (situação A), o diálogo com textos consagrados (situação C), o recurso a um dado de conhecimento geral (situação B) são expedientes normalmente aceitos como característicos da escrita. A medida dessa aceitabilidade é dada no tecido da linguagem: *chamamos* algumas plágio, mas não estas. O que significa que a *identidade* (lingüisticamente construída) do plágio parece em parte se dar pelo contraste que esta prática e esta palavra mantêm com práticas e palavras afins.

Nossas práticas lingüísticas não afiançam, no entanto, como se disse, a *existência* factual do plágio ou de qualquer outra coisa em situações concretas;

determinam apenas o sentido da expressão Traçando um paralelo com o exemplo wittgensteiniano da angina<sup>3</sup>, podemos dizer que, se eu chego a dizer “A roubou e apresentou como seu um trabalho que foi escrito por B”, não faz sentido que eu acrescente “Vou agora verificar se houve plágio”; isso porque o critério embutido na gramática da palavra *plágio* inclui justamente *esta* especificação lingüística: “apresentar como se fosse seu um trabalho alheio”. No caso da angina, seria como se, constatado que o paciente está com angina, perguntássemos “Será que podemos encontrar o bacilo em seu organismo?”; tal pergunta seria igualmente descabida, uma vez que é a existência do bacilo no organismo o que, no curso de nossas práticas, se converteu no critério que hoje fixa o próprio sentido da palavra *angina*. Tal critério não garante, no entanto, a existência factual da angina; novas descobertas da medicina podem, é claro, “aposentar” este critério, demovendo-o ao estatuto de mero sintoma.

O que nos auxiliará no entendimento do que conta como plágio de um ponto de vista wittgensteiniano será também, portanto, a consciência de não haver feixes de propriedades que garantam por si a *existência* do plágio; critérios apenas fixam pelo menos parcialmente a *identidade* dessa palavra.

Assim sendo, temos de reconhecer que não há um traço ou conjunto de traços na realidade cuja existência garanta a ocorrência real do plágio. O que podemos identificar são conjuntos de traços ou sintomas que, em nossas práticas, pertencem ao jogo do plágio. Alguns desses são: autoria original comprovada, coincidência de forma, coincidência de idéias, indícios de má intenção, discrepâncias súbitas de estilo, entre outros. E aqui parece, portanto, útil retomarmos metáfora apresentada por Glock (1998, p. 327), e anteriormente mencionada neste trabalho acerca da noção de semelhança de família: o “que sustenta o conceito, conferindo-lhe sua unidade, não é um ‘fio único’ que percorre todos os casos, mas, por assim dizer, uma sobreposição de diferentes fibras, como em uma corda”; não há, pois, um único “fio o percorrer”.

Desse modo, vemos que, por exemplo, nos clichês e nas frases expressivas de conhecimento de domínio público (situações A e B) ocorre entre dois ou mais textos uma coincidência total de forma e de idéias, sem que reconheçamos tais circunstâncias como circunstâncias de roubo de texto alheio. A intertextualidade

---

<sup>3</sup> Cf. Capítulo 4 da presente dissertação.

ilustrada na situação C, vista tão freqüentemente como um recurso legítimo ou mesmo necessário da escrita, permite que haja em alguma medida uma coincidência de idéias sem que isso, contudo, configure plágio. A referência ao famoso texto de Drummond é tão eficiente quanto, por exemplo, a inserção de uma referência formal normalmente exigida em casos de citação.

No caso do livro de Carlos Alberto Parreira, descrito na situação D, a coincidência formal é inteiramente eliminada pelo expediente da tradução. No entanto, a coincidência de conteúdo – que reconhecemos porque nossas práticas históricas e culturais incluem *chamarmos* algumas atividades de *tradução* sob o critério de “reproduzir um texto escrito em uma língua em outra língua” – não deixa muitas dúvidas quanto ao plágio ali representado, nem torna muito difícil a comprovação da apropriação indevida do texto alheio.

A situação E, envolvendo plágio acadêmico, nos traz um caso em que há, como nos clichês e frases expressivas de conhecimentos de domínio público, coincidência de forma e conteúdo, mas aqui a tendência é reconhecermos uma ocorrência mais ou menos inequívoca de plágio. Aqui, como em D, temos em favor da comprovação do roubo de palavras e a idéia a *autoria comprovada*, publicada e registrada dos textos originais. No caso da aluna, entra em jogo um recurso, também mencionado anteriormente em nossa pesquisa, como muito comum aos plagiários: o *disfarce*, como nos diz Vieira Mando, citado por Christofe (1996, p.32-33):

[...] O disfarce é, mesmo, o meio mais usado pelo plagiário, para tentar enganar não apenas o público em geral, mas, principalmente, o titular dos direitos autorais sobre a obra plagiada. No entanto, o plágio se apura muito mais em função das semelhanças, do que das diferenças, de modo que o próprio disfarce termina sendo a melhor demonstração do dolo, no plágio. O disfarce deixa à vista, claramente, a intenção de fraudar (Viera Mando, 1987, p.86).

Entra em questionamento aqui a *intencionalidade*; a partir do momento em que se identificam no texto apresentado e suspeito de cópia indevida tentativas de mascarar o roubo ocorrido, fica mais evidente a intenção do plagiador. É também pela via escorregadia da intencionalidade que normalmente os acusados de plágio tentam ser inocentados; argumentam não terem tido tal intenção, estarem desinformados quanto à correta maneira de formular citações ou paráfrases, ou terem sido induzidos a isto por circunstâncias outras – cabe aqui lembrar que



Parreira, por exemplo, argumentou não ser plagiário uma vez que a escritura de seu livro tinha lhe sido encomendada por uma organização e que, como tal, tinha finalidade única de disponibilizar, em língua portuguesa, material didático sobre assunto ainda pouco tratado por autores brasileiros; tratava-se, portanto, de uma apostila, de uma compilação de informações sobre uma disciplina, sendo tal característica de um valor tamanho e tão nobre que se sobreporia a qualquer questionamento quanto ao fato de tal “compilação” ter se restringido a uma única fonte de consulta.

O que a consideração das situações acima nos mostra, enfim, é a possibilidade de reconhecermos o que conta e o que não conta como plágio sem que para isso precisemos lançar mão de um conjunto de propriedades essenciais que compareçam em *todas* as circunstâncias, sem que possamos responder de antemão a essa exigência metafísica.

A perspectiva wittgensteiniana prevê, naturalmente, por outro lado, que, no jogo de linguagem do plágio, como em qualquer outro, haja espaço para lances duvidosos. Os critérios embutidos na gramática da palavra *plágio* não nos dão segurança para julgar se houve plágio em qualquer situação. Ilustram situações duvidosas as ocorrências descritas em F, G, H, I e J, casos em que é difícil estabelecer ou comprovar que tenha ocorrido apropriação indevida de texto alheio.

A situação F nos mostra uma “saia justa” bastante recorrente no meio acadêmico: como o professor pode afirmar categoricamente que tenha ocorrido plágio? Se houve, um aluno copiou o trabalho do outro ou teriam os dois copiado de uma mesma fonte? Nesse caso nos deparamos mais concretamente com o fato de os critérios serem de *identidade* e não de *existência*. Há sim aqui uma abertura à dúvida. Vários dos indícios de plágio de que falamos aparecem representados neste caso; pode, portanto, o professor punir seus alunos? E no caso de ele achar que houve cópia entre seus alunos, ele deverá culpar somente aquele que possui pior histórico escolar?

A situação G, envolvendo os dois aspirantes a escritor, sublinha a importância da visibilidade institucional da figura do autor em nossas atribuições de plágio. Em contraste com os casos da tradução de Parreira e da cópia do artigo do professor americano (situações D e E), em que os autores dos textos originais já tinham visibilidade institucional, aqui, a suspeita se refere a dois autores desconhecidos do grande público e a um texto não publicado anteriormente.

Diante de tais circunstâncias, que argumentos o autor que se sentiu roubado poderia usar contra o seu provável plagiário? O de que houve má fé na atitude de seu colega? O acusado sempre poderia responder que sequer se lembrava do conto da ex-amiga, que qualquer possível influência teria sido inadvertida. Em outros tempos, em que, por exemplo, uma “palavra de honra” ocupava um lugar mais importante nas nossas práticas, a situação poderia se apresentar de forma menos duvidosa.

Em H, no caso dos colegas que se reúnem para fazer um trabalho em grupo, a questão da autoria torna a aparecer. Sendo este um caso de *autoria coletiva*, o que teria efetivamente sido roubado do membro do grupo que se responsabilizou pela redação final do trabalho? Teríamos aqui um caso de roubo de estilo? Sabemos o que seria isso? A má intenção do aluno que diz para a professora ter sido o responsável pela redação final comprovaria o plágio? Situações como esta são interessantes porque sublinham o ponto enfatizado por Wittgenstein e já explorado no capítulo anterior, de que “as explicações chegam a um fim”. Em casos duvidosos como este, somos confrontados com os limites de nosso próprio entendimento acerca das regras que governam as nossas práticas.

Na situação I, envolvendo plagiador legalmente assessorado, vemos que a saída atualmente muito utilizada no meio acadêmico para livrar o professor da citada “saia justa” de ser ele o responsável por punir ou não um possível aluno plagiário – a saber, o recurso a um “objetivo” detector eletrônico de plágio – pode gerar uma outra situação de difícil solução. Neste caso, o aluno reivindica seus direitos de autor sobre o trabalho entregue ao professor e se diz indignado por ter tido seu texto submetido a uma investigação de tal tipo. Temos aqui que a restrição desses softwares, que se reportam a um único dos muitos traços envolvidos em casos de plágio, faz com que este seja um recurso legítimo, mas de forma alguma suficiente para que se eliminem problemas como o descrito nesta situação. A indignação que a atitude do aluno poderia despertar em muitos, somada à constatação de que são as nossas próprias práticas de proteção à autoria que lhe abrem espaço, pode provocar-nos também a reconhecer a parcialidade com que compreendemos as “razões” dos nossos jogos de linguagem.

A situação J, nos traz dados instigantes: por que Laurence Sterne reconheceria o recurso a fontes como Montaigne e Cervantes e deixaria de dar os créditos a Burton? O fato de a ausência de referência se dar, no exemplo citado,

quando Sterne retoma palavras de Burton justamente para falar de plágio nos sugeriria mais uma provocação acerca da noção de autoria, como aquela feita por Borges com o seu *Menard*? Ou pensaria ele ser a alusão tão clara, que tornaria a referência de tal modo auto-evidente (como no caso da intertextualidade apresentada na situação C)? Teria havido má intenção?

Todas essas dúvidas quanto à existência efetiva do plágio nesta e em outras situações não serão tomadas como um abalo à identidade do plágio, se compreendermos que a própria pergunta *isto é plágio?* supõe em si o reconhecimento dessa identidade. Conforme já se disse no capítulo anterior, para Wittgenstein, o jogo da dúvida pressupõe o da certeza.

Situações como as apresentadas em F, G, H e J, em que a dificuldade de estabelecer apropriação indevida de palavras alheias comparece, confirmam, além disso, que a precisão dos critérios não são um dado definitivo: eles são precisos na medida de nossas práticas. E são também transparentes e coerentes apenas na medida dessas práticas; acomodam, como vimos, uma boa medida de opacidade.e incoerência.

Os critérios, como pretendemos mostrar com este breve exercício descritivo, pressupõem circunstâncias de aplicação; variam, portanto, em diferentes contextos. Esperamos que tenha ficado claro o modo como a perspectiva wittgensteiniana nos permite pensar a identidade do plágio. A constatação de todos os traços aqui apresentados, somada aos fatos de que os critérios não podem ser impostos *a priori*, de que são resultado de um acordo frágil, de que são sempre os critérios de um grupo, pode, no entanto, ser motivo de inquietação. A ameaça de que a originalidade não seja em última instância, mais do que caso de “plágio não detectado” é algo que pode sim ser visto como por demais arbitrário. Por esse motivo, passaremos a ver, na próxima seção, como fica esse tipo de inquietação, que ao longo de nosso trabalho temos identificado com a atitude cética, diante do quadro aqui desenhado acerca dos critérios disponíveis para a identificação do plágio.

### 5.3

#### Plágio e ceticismo

Se pensarmos na relativa volatilidade e precariedade de noções como *autor*, *original*, *intenção*, *interpretação*, importantes no jogo de linguagem do plágio, e se estivermos inclinados a adotar uma perspectiva não-imanentista do sentido que de fato nos faz repensar a estabilidade dessas e de outras noções, então podemos ser tentados a tomar uma atitude cética com respeito ao plágio, a promover, nos termos de Cavell, uma “retirada do consentimento”.

No artigo “Plágio utópico, hipertextualidade e produção cultural eletrônica”, do grupo *Critical Art Ensemble*, vemos, de fato, uma manifestação contemporânea de tal inclinação:

O plágio tem sido há muito considerado um mal no mundo cultural. Tipicamente, tem sido visto como um roubo de linguagem, idéias, e imagens executado pelos menos talentosos, freqüentemente para o aumento da fortuna ou do prestígio pessoal. No entanto, como a maioria das mitologias, o mito do plágio pode ser facilmente invertido. Talvez aqueles que apóiam a legislação sobre representação e a privatização da linguagem sejam suspeitos. Talvez as ações dos plagiadores, em determinadas condições sociais, sejam as que mais contribuem para o enriquecimento cultural (2001, p. 83-105).

A constatação de que a valorização excessiva da autoria, encarnada na preocupação com o plágio, é fruto de uma configuração histórica e cultural específica nos parece pertinente. Pertinente também, em princípio, é a atitude crítica em relação a tal configuração e o empenho político em alterá-la. A caracterização do plágio como um *mito*, no entanto, pode insinuar, de forma nem tão pertinente assim, a existência de uma outra “verdade”, superior àquilo que identificamos como plágio nas nossas práticas cotidianas.

Como esperamos que a investigação wittgensteiniana aqui empreendida tenha deixado claro, a adoção de uma perspectiva não-imanentista da linguagem *não* leva necessariamente a encarar o plágio como um *mito*. A descrença em uma relação objetiva entre palavra e sentido não leva necessariamente à suspensão do consentimento. A atitude cética a que se atrelaria essa suspensão parece ser paradoxalmente solidária, antes, a uma perspectiva essencialista da significação lingüística: é porque não contamos com uma definição essencial de plágio, que se conclui que o plágio não existe, é por isso que é demovido à categoria de mito. Mas dizer que tal definição essencial não comparece é o mesmo que dizer que o

plágio não existe? Na sugestão de Wittgenstein, somente quando mantemos no horizonte a expectativa essencialista.

Se adotamos uma visão wittgensteiniana do fenômeno da significação, essa suspensão parece, no mínimo, um tanto apressada. A possibilidade de duvidarmos em relação a um caso de suspeita de plágio – o fato de serem os critérios tão precisos quanto nossas práticas, de não serem fixos, de serem humanos, de não serem feixes de propriedades que garantem a existência do plágio – não nos leva obrigatoriamente a dúvidas quanto à identidade do roubo de palavras. Como vimos mais cedo em nosso trabalho, a possibilidade da dúvida não implica a necessidade da dúvida.

Lidar com essa abertura à dúvida é lidar com o fato de que critérios não são necessariamente razões. E é lidar com o fato de os critérios serem, como vimos, sempre critérios de um grupo. Por que chamamos algumas coisas de plágio em nossas práticas? Às vezes a resposta é “porque sim”; “a gente faz assim nessa tribo”.

Nada nos impede, no entanto, de dizer criticamente que “o plágio *não deveria* ser importante” na nossa tribo. Assim como nada nos impede também de refletir sobre algumas razões de por que *seria* importante; porque, afinal, como bem nos esclarece Cavell, “the search for criteria is the search for community” (apud Garver, 1994, p.186). Nessa busca da comunidade, a importância de reconhecer o plágio pode se associar, por exemplo, à importância de reconhecer “o percurso dos sentidos e a identidade do outro” (cf. Christofe, 1996, p. 40). O cético de plantão pode objetar que o “outro não está lá”, que “não há como ter acesso a ele”. Mas, de um ponto de vista wittgensteiniano, esse tipo de ansiedade só se verifica se temos expectativas metafísicas quanto a palavras como *outro* e *acesso*. Do contrário, continua a fazer perfeito sentido falar em *palavras alheias* e *roubo de palavras*.

Qualquer que seja nossa atitude crítica em relação à prática do plágio, no entanto, esperamos ter deixado claro que há pelo menos um ângulo sob o qual é razoável dizer que a atitude cética não ameaça por si a identidade do plágio. Sob a ótica wittgensteiniana, o cético que põe o plágio em dúvida ainda precisa usar a palavra *plágio* em suas discussões, e isso respeitando a sua gramática, uma gramática que, por arbitrária que seja, não lhe é facultado alterar. Como vimos no capítulo anterior, as circunstâncias que constituem o “em torno” do *plágio* podem

mudar, assim como, na observação de Wittgenstein, podem mudar aquelas que respondem pela identidade da palavra *pessoa*. Se isso acontece, no entanto, a aplicação do termo terá mudado, e o conceito assim como o conhecemos se terá desfeito.

O fato de a natureza da linguagem ser, como nos apontou Cavell<sup>4</sup>, tolerante e intolerante nos remete ao caminho a que tentamos aderir ao longo de nossa investigação, ao mesmo tempo em que fornece não uma refutação mas uma resposta ao cético, a indicação de que há limites quanto ao que conta como plágio. Por isso mesmo, a transferência proposta por Cavell da esfera do conhecimento para a do reconhecimento nos parece tão oportuna; mais do que *saber* o que é plágio, precisamos é *reconhecer* nas nossas práticas o que conta como um plágio, quais são os critérios praticados naquele determinado grupo e gramaticalmente viáveis naquela espécie de jogo.

\*\*\*

A pergunta cética “O plágio existe?” parece, pois, suficientemente acalmada pela demonstração de que em muitos casos e em diferentes situações, com diferentes objetos, o critério de importância da prática humana do plágio é satisfeito: há práticas que reconhecemos como plágio, suas regras e seus critérios são elásticos e têm limites; limites estes igualmente indicados pela nossa inclinação de considerar por vezes dois textos como *o mesmo* e, por outras, como dois diferentes.

Códigos de ética, leis de direitos autorais, copyright, todos esses elementos esbarram no obstáculo que é a impossibilidade do controle absoluto, *a priori* e externo das nossas práticas, do conhecimento anterior das regras que governam nossas práticas; esbarram na possibilidade do não-reconhecimento. Fossem esses limites tão rígidos como parecem prever alguns desses manuais, questionamentos como os que apresentamos aqui, como os que verificamos na comparação dos exemplos, realmente não fariam sentido. E fossem eles tão elásticos quanto temeriam os céticos, igualmente nossa investigação estaria inviabilizada, condenada ao *nonsense*.

---

<sup>4</sup> Cf. “[...] though language – what we call language – is tolerant, allows projection, not just any projection will be acceptable, i.e., will communicate[...]” (Cavell, 1996).